



**PARECER JURÍDICO DPLI / DJ Nº 23/2019**

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2019.

**Processo nº:** 01.151.549/18-24

**Referência:** DPFI/SD – DJ/SD – 004/19

**Contratos:** AJ 010/18, AJ 049/18, SC 115/14, AJ 081/18, SC 086/14, SC 096/14, AJ 085/18, AJ 085/18, AJ 029/17, AJ 008/18 e AJ 016/15.

**Contratada:** Diversas

**Objeto:** Contratos de Manutenção

**Ementa:** Alteração do período de medição para contratos de manutenção – Justificativas - Inteligência do artigo 65, inciso II, “c”, da Lei nº 8.666/1993 – Possibilidade

## I-RELATÓRIO

Trata-se de solicitação do Departamento Financeiro da Sudecap, por meio do Ofício DPFI/SD – DJ/SD – 004/19, de 09 de janeiro de 2018, encaminhada pelo Diretor Administrativo-Financeiro que, no âmbito de suas competências, requerem a alteração do período de medição para os seguintes contratos de manutenção: AJ 010/18, AJ 049/18, SC 115/14, AJ 081/18, SC 086/14, SC 096/14, AJ 085/18, AJ 085/18, AJ 029/17, AJ 008/18 e AJ 016/15.

O expediente ora analisado foi instruído com as solicitações e também com as informações cadastrais dos contratos que se pretende alterar.

É o relatório.

## II-FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre advertir também que os contratos administrativos devem ser celebrados para serem fielmente cumpridos pelas partes.

Contudo, no curso da execução, os contratos administrativos podem sofrer alterações “em casos em que fatores supervenientes, modificadores da necessidade pública objetivamente considerada, ou qualquer outro fato impeditivo da execução contratual pelos termos originalmente definidos” demandar “modificações de cunho objetivo ou jurídico no pacto avençado”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> SANTOS, José Anacleto Absuch. *Contratos Administrativos: Formação e controle interno*. Editora Fórum, 2015

No caso, conforme Ofício DPM/SD – DJ/SD nº 004/19, a alteração da data da medição dos contratos de manutenção visa tornar o processo de medições e de pagamento mais eficiente, haja vista que atualmente os setores são obrigados a processar um grande número de expedientes num mesmo período do mês.

Conforme informado, o fluxo atual de medições é oneroso por ficar concentrado em um único período para a Administração, sendo que a alteração do período de medições e pagamento *“tem potencial de gerar economia tendo em vista que em 2019 e 2020 teremos mais contratos de obras e, com esta medida, possivelmente não será necessário aportar mais servidores para atender a demanda adicional”*.

Cumpra registrar que não compete a estes pareceristas adentrarem no mérito das razões de organização administrativa que ensejaram a pretendida alteração, mas tão somente avaliar a possibilidade legal da alteração pretendida.

Acerca das alterações contratuais, dispõe a Lei nº 8.666/1993:

**Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:**

*I - unilateralmente pela Administração:*

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;*
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;*

**II - por acordo das partes:**

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;*
  - b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;*
  - c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;**
  - d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*
- (Grifo nosso)**

Conforme se percebe, ciente de eventual necessidade de alteração ao longo da execução contratual, inclusive acerca da forma de pagamento, o legislador se antecipou ao Administrador Público ao prever tal possibilidade, ainda que condicionando as modificações à observância de requisitos legais.

No caso, a hipótese prevista no artigo 65, inciso II, alínea “c”, da Lei nº 8.666/1993 trata da alteração da “forma de pagamento” por motivos supervenientes ao contrato, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação de pagamento com relação ao cronograma fixado sem a correspondente contraprestação pela contratada.





Compulsando-se o presente expediente, conclui-se que a alteração pretendida se refere tão somente ao "período de medição" dos diversos contratos de manutenção, não afetando a "forma da medição" propriamente dita.

Pretende-se, no caso, alterar o período de medição que deixará de ser de 16 a 15 de cada mês, para o dia 1º até o último dia do mês. Trata-se de alteração relativa a procedimentos de competência administrativo-financeira, isto é, de pagamento, visando, como dito, *eficiência e economicidade* nos processos de medição e de pagamento.

No Ofício DPFI/SD – DJ/SD nº 004/19 foi esclarecido acerca da regra de transição pretendida pela Administração Pública, que é realizar uma medição com pagamento parcial de 15 dias (dia 16 ao último do mês) e depois regularizar as medições nas novas datas estipuladas. Conforme consta do expediente, *"esta proposta visa não provocar desequilíbrio no fluxo de caixa das prestadoras de serviço(...)"*.

De todo modo, como atestado pelos setores competentes no Ofício DPFI-SD/DF-SD nº 003/2019, com as alterações propostas não ocorrerá antecipação de pagamento, o que de fato é vedado pela legislação. Esclareceu-se que *"quaisquer pagamentos que forem realizados somente o serão posteriormente à realização de medições, ou seja, após a realização de serviços, atendendo o que é preconizado no artigo 65, inciso II, "c" da Lei de Licitações – Lei 8.666/1993"*.

Conforme Marçal Justen Filho, as alterações contratuais são de competência discricionária da autoridade administrativa, observada a pluralidade de requisitos legais<sup>2</sup> a incidir no caso concreto. A consulta foi realizada pela Diretoria Administrativo-Financeira, sendo que a autoridade máxima dos órgãos envolvidos (Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura e Superintendente de Desenvolvimento da Capital) manifestaram sua concordância no Ofício DPFI-SD/DF-SD nº 003/2019.

Outrossim, como a alteração proposta é embasada no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/1933, isto é, *"por acordo das partes"* é necessária a anuência das empresas contratadas, o que pode ocorrer por ocasião da assinatura nos termos de aditivos a serem firmados para formalizar a alteração pretendida em cada um dos contratos.

Por se tratar de mera alteração de período de medição, não se verifica, a priori, qualquer margem para ocorrência da vedada transfiguração do objeto, situação em que o contrato sofre desvio de finalidade, ferindo os princípios administrativos.

Não se constata também a necessidade de se apresentar a documentação relativa à Disponibilidade Orçamentária e Financeira, autorização da Câmara de Coordenação Geral, dentre outros, por não se tratar de alteração nos valores contratados.

Por fim, constatamos a necessidade de ciência/concordância das Diretorias que serão afetadas com a alteração pretendida, isto é, dos setores técnicos que realizam a medição e serão diretamente afetados com a alteração no período, sendo que, conforme Ofício DPFI-SD/DF-SD nº 003/2019, a demanda *"já foi tratada e validada com todas as áreas envolvidas da SUDECAP e SMOBI"*.

<sup>2</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/93*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 17ª Edição, 2016, p.1170.



### III-CONCLUSÃO

Diante do exposto, não se vislumbra impedimento à alteração pretendida, devendo ser esta formalizada mediante Termo Aditivo observadas as formalidades legais destacadas no corpo desta manifestação jurídica.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

  
**Renato Chagas Ribeiro de Vasconcellos**

Advogado Público – DPLI-DJ-SD

OAB/MG 96.765

Delegação conforme Portaria PGM nº 020/2018

  
**Talles Oliveira Dantas Pinto**

Chefe do Departamento de Licitações – DPLI-DJ-SD

OAB/MG 166.239

Delegação conforme Portaria PGM nº 020/2018

**Aprovo:**

  
**Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel**

Diretor Jurídico – DJ-SD

OAB/MG 102.711

Delegação conforme Portaria PGM nº 020/2018

*PORTAM 003/2019*